



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTARÉM

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANO DE 2017

Índice

Balanço 31 de Dezembro de 2017.....	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas - Período findo em 31 de Dezembro de 2017.....	5
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período de 2016.....	6
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período de 2017.....	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa – Período findo em 31 de Dezembro de 2017.....	8
Anexo.....	9
1. Identificação da Entidade	9
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	10
3. Principais Políticas Contabilísticas	10
3.1. Bases de Apresentação	10
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	11
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	17
5. Ativos Fixos Tangíveis	17
6. Ativos Intangíveis.....	18
7. Locações.....	19
8. Custos de Empréstimos Obtidos.....	20
9. Inventários	20
10. Rédito.....	20
11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	21
12. Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	21
13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio.....	21
14. Imposto sobre o Rendimento	21
15. Benefícios dos empregados	22
16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	23
17. Outras Informações	23
17.1. Investimentos Financeiros	23
17.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	23
17.3. Créditos a receber.....	24
17.4. Outros ativos correntes	24
17.5. Perdas por imparidade subtraídas das reversões.....	24
17.6. Diferimentos	24
17.7. Outros Ativos Financeiros.....	25
17.8. Caixa e Depósitos Bancários	25
17.9. Fundos Patrimoniais	25
17.10. Fornecedores	25
17.11. Estado e Outros Entes Públicos	25
17.12. Outros passivos correntes	26
17.13. Fornecimentos e serviços externos	26
17.14. Outros rendimentos.....	27
17.15. Outros gastos	27
17.16. Resultados Financeiros	27
17.17. Acontecimentos após data de Balanço.....	27

Balço 31 de Dezembro de 2017

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2017	31-12-2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	4.538.948,85	4.675.147,01
Propriedades de investimento	5	0,00	0,00
Ativos intangíveis	6	0,00	0,00
Investimentos financeiros		90.303,11	83.590,96
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
Subtotal		4.629.251,96	4.758.737,97
Ativo corrente			
Inventários	9	84.971,91	70.970,36
Créditos a receber	17.3	61.653,25	80.456,91
Estado e outros entes públicos	17.10	22.232,74	22.242,88
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	17.2	4.140,00	3.514,00
Outros ativos correntes	17.4	278.404,81	252.070,94
Diferimentos	17.6	91.255,09	80.800,67
Caixa e depósitos bancários	17.8	216.508,32	238.377,86
Subtotal		759.166,12	748.433,62
Total do Ativo		5.388.418,08	5.507.171,59
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	17.9	273.714,36	273.714,36
Resultados transitados	17.9	2.072.282,57	2.274.179,32
Outras variações nos fundos patrimoniais	17.9	2.164.410,87	2.213.210,21
Resultado Líquido do período		(62.531,80)	(201.896,75)
Total do fundo do capital		4.447.876,00	4.559.207,14
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	11	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8	4.446,44	8.331,62
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
Subtotal		4.446,44	8.331,62
Passivo corrente			
Fornecedores	17.10	215.746,74	247.891,76
Estado e outros entes públicos	17.11	87.899,13	77.360,43
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8	2.286,40	1.982,58
Diferimentos	17.6	20.781,10	22.863,43
Outros passivos correntes	17.12	609.382,27	589.534,63
Subtotal		936.095,64	939.632,83
Total do passivo		940.542,08	947.964,45
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		5.388.418,08	5.507.171,59

SANTARÉM, 12 DE MARÇO 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO,

A MESA ADMINISTRATIVA,

Demonstração dos Resultados por Naturezas - Período findo em 31 de Dezembro de 2017

RENDIMENTOS E GASTOS		PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	+	1.715.862,51	1.633.815,82
Subsídios, doações e legados à exploração	+	2.580.717,55	2.549.713,59
Variação nos inventários da produção	+/-	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	+	210.746,46	85.192,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	(767.822,28)	(759.363,74)
Fornecimentos e serviços externos	-	(740.978,22)	(752.022,54)
Gastos com pessoal	-	(3.369.341,31)	(3.227.507,18)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	(7.627,19)	(53.994,07)
Provisões (aumentos/reduções)	-/+	0,00	(1.291,59)
Aumentos/Reduções de justo valor	+/-	2.387,48	(596,65)
Outros rendimentos	+	515.012,15	587.451,89
Outros gastos	-	(24.295,96)	(42.114,25)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=	114.661,19	19.283,28
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	(177.192,99)	(221.180,03)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	(62.531,80)	(201.896,75)
Juros e rendimentos similares obtidos	+	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	-	0,00	0,00
Resultado antes de impostos	=	(62.531,80)	(201.896,75)
Imposto sobre rendimento do período	-/+	0,00	0,00
Resultado líquido do período	=	(62.531,80)	(201.896,75)

SANTARÉM, 12 DE MARÇO 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO,

A MESA ADMINISTRATIVA,

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – ANO DE 2017

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período de 2016

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses Minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas Legais	Excedentes de Revaloriz.	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1	273.714,36	0,00	0,00	2.353.797,92	0,00	0,00	2.307.220,55	(62.532,43)	4.872.200,40		4.872.200,40
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adoção de novo referencial contábilístico										0,00		0,00
Alterações de políticas contábilísticas										0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0,00		0,00
Realização excedentes revalorização										0,00		0,00
Excedentes revalorização										0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos										0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	17.9				(79.618,60)			(94.010,34)	62.532,43	(111.096,51)		(111.096,51)
	2	0,00	0,00	0,00	(79.618,60)	0,00	0,00	(94.010,34)	62.532,43	(111.096,51)	0,00	(111.096,51)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								(201.896,75)	(201.896,75)		(201.896,75)
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3								(139.364,32)	(312.993,26)	0,00	(312.993,26)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Distribuições												
Outras operações												
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2016	6=1+2+3+5	273.714,36	0,00	0,00	2.274.179,32	0,00	0,00	2.213.210,21	(201.896,75)	4.559.207,14	0,00	4.559.207,14

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – ANO DE 2017

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período de 2017

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses Minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas Legais	Excedentes de Revaloriz.	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	6	273.714,36	0,00	0,00	2.274.179,32	0,00	0,00	2.213.210,21	(201.896,75)	4.559.207,14	0,00	4.559.207,14
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adoção de novo referencial contábilístico										0,00		0,00
Alterações de políticas contábilísticas										0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0,00		0,00
Realização excedentes revalorização										0,00		0,00
Excedentes revalorização										0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos										0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	17.9				(201.896,75)			(48.799,34)	201.896,75	(48.799,34)		(48.799,34)
	7	0,00	0,00	0,00	(201.896,75)	0,00	0,00	(48.799,34)	201.896,75	(48.799,34)	0,00	(48.799,34)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								(62.531,80)	(62.531,80)		(62.531,80)
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8								139.364,95	(111.331,14)	0,00	(111.331,14)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Distribuições												
Outras operações												
	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	6+7+8+10	273.714,36	0,00	0,00	2.072.282,57	0,00	0,00	2.164.410,87	(62.531,80)	4.447.876,00	0,00	4.447.876,00

SANTARÉM, 12 DE MARÇO 2018
O CONTABILISTA CERTIFICADO,

A MESA ADMINISTRATIVA,

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Período findo em 31 de Dezembro de 2017

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto			
<i>Recebimentos de clientes e utentes</i>		2.294.274,82	2.183.863,95
<i>Recebimentos de subsídios</i>		2.470.709,51	2.326.823,06
<i>Recebimentos de rendas rusticas e urbanas</i>		209.684,05	227.348,15
<i>Pagamentos de subsídios</i>			
<i>Pagamentos de apoios</i>			
<i>Pagamentos de bolsas</i>			
<i>Pagamento a fornecedores</i>		(1.644.083,99)	(1.602.734,12)
<i>Pagamentos ao pessoal</i>		(3.042.235,67)	(3.024.093,04)
Caixa gerada pelas operações		288.348,72	111.208,00
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
<i>Outros recebimentos/pagamentos</i>		(325.397,25)	(363.311,87)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(37.048,53)	(252.103,87)
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		(15.737,77)	(137.760,11)
<i>Ativos intangíveis</i>		0,00	0,00
<i>Investimentos financeiros</i>		0,00	(31.000,00)
<i>Outros Ativos</i>		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		0,00	0,00
<i>Ativos intangíveis</i>		0,00	0,00
<i>Investimentos financeiros</i>		2.520,56	0,00
<i>Outros Ativos</i>		0,00	0,00
<i>Subsídios ao investimento</i>		0,00	0,00
<i>Juros e rendimentos similares</i>		1.976,71	1.997,47
<i>Dividendos</i>		673,06	336,29
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		(10.567,44)	(166.426,35)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		0,00	0,00
<i>Realizações de fundos</i>		0,00	0,00
<i>Cobertura de prejuízos</i>		0,00	0,00
<i>Doações</i>		29.622,64	51.489,26
<i>Outras operações de financiamento</i>		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		(3.581,36)	(3.480,00)
<i>Juros e gastos similares</i>		(294,85)	(308,55)
<i>Dividendos</i>		0,00	0,00
<i>Reduções do fundo</i>		0,00	0,00
<i>Outras operações de financiamento</i>		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		25.746,43	47.700,71
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(21.869,54)	(370.829,51)
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		238.377,86	609.207,37
Caixa e seus equivalentes no fim do período		216.508,32	238.377,86

SANTARÉM, 12 DE MARÇO 2018

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS,

A MESA ADMINISTRATIVA,

Anexo

1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Santarém é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação, com sede em Largo Cândido dos Reis, concelho de Santarém, distrito de Santarém, encontra-se registada com o registo definitivo nº 30/82 em 04/06/1982, como Instituição Particular de Solidariedade Social, com Estatutos aprovados nos termos do Art.º 7º do Decreto-Lei 119/83, de 25 de Fevereiro, na Direção Geral de Ação Social, tendo portanto e nos termos do Art.º 8 do referido Estatuto, adquirido automaticamente a natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Publica. Tem como atividade principal o exercício da Ação Social.

A **Santa Casa da Misericórdia de Santarém**, fundada em 1500, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, situada na cidade de Santarém.

A atividade principal da Instituição é o exercício da Ação Social. É uma Associação de Fiéis constituída na Ordem Jurídica Canónica e reconhecida pelo Estado Português, cuja orientação estratégica se desenvolve de acordo com Catorze Obras de Misericórdia:

- 1 **Sete Obras Espirituais** – Ensinar os simples; Dar bom conselho a quem o pede; Castigar com caridade os que erram; Consolar os tristes desconsolados; Perdoar a quem errou; Sofrer as injúrias com paciência; Rogar a Deus pelos vivos e defuntos;
- 2 **Sete Obras Corporais** – Remir os Cativos; Visitar os presos; Curar os enfermos; Cobrir os nus; Dar de comer aos famintos; Dar pousada aos peregrinos e pobres; Enterrar os mortos.

É pela prática das Obras de Misericórdia que a Instituição prossegue aquela que continua a ser a sua Missão: ***“Agir concertada e integradamente na comunidade que a envolve, melhorando as condições de vida da sua população, prestando, criando e desenvolvendo serviços nas áreas social e da saúde adequados às necessidades das pessoas/indivíduos e promovendo a solidariedade, a qualidade de vida e a dignidade humana.”***

“A SCMS visa ser uma instituição de referência pela qualidade nas áreas social e da saúde a nível local, nacional e transnacional.”

A SCMS definiu a sua **Visão**, assente nos seguintes **Valores**:

- **Justiça;**
- **Ética;**
- **Solidariedade;**
- **Equidade;**
- **Qualidade.**

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir, dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística, e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2016 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2016 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2016 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) e são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços, ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram, (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos, e os correspondentes rendimentos e gastos, são registados nas respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*”

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram ser levados a efeito de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis referem-se a bens utilizados na prestação de serviços ou no uso administrativo, e são registados pelo custo de aquisição, o qual inclui não só custo de compra mas também eventuais custos necessários para colocar os ativos operacionais.

As depreciações são calculadas, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização, de acordo com a finalidade pretendida, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os terrenos não são depreciáveis.

As taxas de depreciação utilizadas têm em vista amortizar totalmente os bens, até ao fim da vida útil estimada e são as seguintes:

Descrição	Vida útil estimada	
	Anos	Taxa
Terrenos e recursos naturais	0	0,00%
Edificações ligeiras	6	16,66%
Edificações afetas à indústria agropecuária	25	4,00%
Outros edifícios e construções	50	2,00%
Equipamento básico	6	16,66%
Equipamento de transporte	5	20,00%
Ferramentas e utensílios	4	25,00%
Equipamento administrativo	6	16,66%
Equipamento informático	5	20,00%

Os gastos com depreciações são reconhecidos na Demonstração de Resultados por Naturezas, na rubrica de Gastos com Depreciações e Amortizações.

Os gastos de reparação e manutenção, são considerados como gastos no período em que ocorrem.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um bem, (calculado como a diferença entre o valor de venda menos os custos da venda e o valor contabilístico), é incluído no resultado do exercício, no ano em que o ativo é desreconhecido.

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

A Instituição é possuidora de “*Bens do património histórico e cultural*”, nomeadamente arte sacra, mas não estão ainda reconhecidos contabilisticamente.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “*Variações nos fundos patrimoniais*”.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos, se e somente se, gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3. Propriedades de Investimento

Os valores constantes nas rubricas de “*Propriedades de Investimento*” foram transferidos para as rubricas de enquadramento de “*Ativos Fixos Tangíveis*”.

3.2.4. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são registados, na data do reconhecimento inicial, ao custo.

Os ativos intangíveis com vida útil finita, são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade, sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual, são revistos no final de cada ano e os efeitos dessas possíveis alterações, são tratados como alterações de estimativas, de forma prospetiva.

A imparidade dos ativos intangíveis é calculada com os mesmos critérios descritos no ponto anterior, relativamente aos ativos fixos tangíveis.

Descrição	Vida útil estimada	
	Anos	Taxa
Programas de computador	3	33,33%

O valor residual de um “*Ativo Intangível*” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

O gasto com as amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados, na rubrica de gastos de depreciação e amortização.

3.2.5. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “*Investimentos Financeiros*” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar, tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um *Goodwill*, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um *Badwill* (ou *Negative Goodwill*) quando a diferença seja negativa. O *Goodwill* encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *Goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade, inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse *Goodwill* está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o *Goodwill* não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.6. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor, de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado, deduzido de todos os custos estimados necessários, para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado e para os bens doados o justo valor.

3.2.7. Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos quando a Misericórdia se constitui parte, na respetiva relação contratual, ao justo valor.

- Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes desta rubrica, que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável.

- Créditos a receber e outros ativos correntes

Os “Créditos a receber” e as “outros ativos correntes” encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos, que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

- Outros ativos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação tem ocorrência em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações destes reconhecidos por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação serão incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

- Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

- Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações, que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que, a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10. Financiamentos Obtidos

Os financiamentos são valorizados ao custo. De acordo com este método, na data do reconhecimento inicial, os financiamentos são reconhecidos no passivo, pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Os financiamentos são mensurados ao custo amortizado, que inclui encargos financeiros, calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Os ativos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo-se no Balanço, o ativo adquirido e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e a valorização das propriedades de investimento ou as amortizações do imobilizado corpóreo são reconhecidos na Demonstração de Resultados do exercício a que respeitam.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “*Fornecimentos e Serviços Externos*”.

3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas, estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), condicionada à observância continuada dos requisitos mencionados no nº 3 do referido artigo.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade possui “*Ativos Fixos Tangíveis*” do domínio público, mas não se encontram valorizados e contabilizados por se desconhecer o seu justo valor.

Bens do património histórico, artístico e cultural

A Entidade possui “*Bens do património histórico, artístico e cultural*”, mas não se encontram valorizados e contabilizados por se desconhecer o seu justo valor.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017 mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – ANO DE 2017

	Saldo em 01/01/2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/12/2016
Gasto						
Terrenos e recursos naturais	616.825,06	10.462,50	0,00	543.114,49	0,00	1.170.402,05
Edifícios e outras construções	5.364.168,63	31.387,50	0,00	992.167,70	0,00	6.387.723,83
Equipamento básico	1.409.894,57	96.530,13	0,00	0,00	0,00	1.506.424,70
Equipamento de transporte	369.121,46	9.000,00	0,00	0,00	0,00	378.121,46
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	239.101,04	11.910,41	0,00	0,00	0,00	251.011,45
Outros Ativos fixos tangíveis	101.084,85	0,00	0,00	0,00	0,00	101.084,85
Ativos fixos tangíveis em curso	42.340,38	43.623,23	0,00	0,00	0,00	85.963,61
Total	8.142.535,99	202.913,77	0,00	1.535.282,19	0,00	9.880.731,95
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	2.244.630,98	83.166,72	0,00	793.751,42	0,00	3.121.549,12
Equipamento básico	1.336.733,78	92.918,58	0,00	0,00	0,00	1.429.652,36
Equipamento de transporte	311.176,26	25.579,86	0,00	0,00	0,00	336.756,12
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	224.865,67	17.393,99	0,00	0,00	0,00	242.259,66
Outros Ativos fixos tangíveis	73.246,80	2.120,88	0,00	0,00	0,00	75.367,68
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	4.190.653,49	221.180,03	0,00	793.751,42	0,00	5.205.584,94

	Saldo em 01/01/2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/12/2017
Gasto						
Terrenos e recursos naturais	1.170.402,05	4.986,50	0,00	0,00	0,00	1.175.388,55
Edifícios e outras construções	6.387.723,83	14.959,48	0,00	0,00	0,00	6.402.683,31
Equipamento básico	1.506.424,70	46.783,64	(474,55)	0,00	0,00	1.552.733,79
Equipamento de transporte	378.121,46	0,00	0,00	0,00	0,00	378.121,46
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	251.011,45	2.698,03	(1.361,52)	0,00	0,00	252.347,96
Outros Ativos fixos tangíveis	101.084,85	0,00	0,00	0,00	0,00	101.084,85
Ativos fixos tangíveis em curso	85.963,61	25.522,23	0,00	(53.955,05)	0,00	57.530,79
Total	9.880.731,95	94.949,88	(1.836,07)	(53.955,05)	0,00	9.919.890,71
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	3.121.549,12	83.166,72	0,00	0,00	0,00	3.204.715,84
Equipamento básico	1.429.652,36	68.045,44	(474,55)	0,00	0,00	1.497.223,25
Equipamento de transporte	336.756,12	17.117,94	0,00	0,00	0,00	353.874,06
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	242.259,66	6.742,01	(1.361,52)	0,00	0,00	247.640,15
Outros Ativos fixos tangíveis	75.367,68	2.120,88	0,00	0,00	0,00	77.488,56
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	5.205.584,94	177.192,99	(1.836,07)	0,00	0,00	5.380.941,86

O quadro anterior inclui um ativo detido com restrição (usufruto da doadora), referente ao prédio rústico situado na Rua do Monte, nº 16, em Santarém, no valor de 19.945,98€.

6. Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade possui “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público, mas não se encontram valorizados e contabilizados por se desconhecer o seu justo valor.

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01/01/2016	/	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/12/2016
Custo						
<i>Goodwill</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de Computador	47.152,36	0,00	(15.486,63)	0,00	0,00	31.665,73
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
...	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	47.152,36	0,00	(15.486,63)	0,00	0,00	31.665,73
Depreciações acumuladas						
Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de Computador	47.152,36	0,00	(15.486,63)	0,00	0,00	31.665,73
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
...	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	47.152,36	0,00	(15.486,63)	0,00	0,00	31.665,73

	Saldo em 01/01/2017	/	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/12/2017
Custo						
<i>Goodwill</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de Computador	31.665,73	0,00	0,00	1.836,06	0,00	33.501,79
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
...	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	31.665,73	0,00	0,00	1.836,06	0,00	33.501,79
Depreciações acumuladas						
Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de Computador	31.665,73	0,00	0,00	1.836,06	0,00	33.501,79
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
...	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	31.665,73	0,00	0,00	1.836,06	0,00	33.501,79

7. Locações

A Entidade em 2017 detinha ativos adquiridos com recurso à locação financeira.

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Locações Financeiras	0,00	4.446,44	4.446,44	0,00	8.331,62	8.331,62
Contas caucionadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas Bancárias de <i>Factoring</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas bancárias de letras descontadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários Contratados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Empréstimos	2.286,40	0,00	2.286,40	1.982,58	0,00	1.982,58
Total	2.286,40	4.446,44	6.732,84	1.982,58	8.331,62	10.314,20

8. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

9. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “*Inventários*” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01/12/2016	Compras	Reclassif. e Regulariz.	Inventário em 31/12/2016	Compras	Reclassif. e Regulariz.	Inventário em 31/12/2017
Mercadorias	30.283,77	1.416,72	0,00	30.156,11	0,00	0,00	29.969,99
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	28.936,07	751.663,83	0,00	40.814,25	781.823,83	0,00	55.001,92
Produtos Acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	59.219,84	753.080,55	0,00	70.970,36	781.823,83	0,00	84.971,91

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	759.363,74	767.822,28
Variações nos inventários da produção	0,00	0,00

De referir que os valores da rubrica “*Matérias-primas, subsidiárias e de consumo*” se desdobram da seguinte forma:

- Matérias-primas: 2.517,54€;
- Matérias Subsidiárias: 52.484,38€.

Os valores da rubrica “*Mercadorias*” dizem respeito à aquisição de diversas publicações literárias relacionadas com o património histórico e cultural da Misericórdia.

10. Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017			2016	
	Valor	Proporção	Variação	Valor	Proporção
Vendas	55.912,77	3,25%	6,29%	52.601,59	3,22%
Prestação de Serviços	1.659.949,74	96,56%	4,98%	1.581.214,23	96,67%
Quotas dos utilizadores	0,00	0,00%		0,00	0,00%
Quotas e Joias	4.934,00	0,29%	(0,10%)	4.939,00	0,30%
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00%		0,00	0,00%
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00%		0,00	0,00%
Matrículas e mensalidades de utentes	1.655.015,74	96,27%	5,00%	1.576.275,23	96,37%
Juros	2.595,78	0,15%	205,06%	850,91	0,05%
Royalties	0,00	0,00%		0,00	0,00%
Dividendos	673,06	0,04%	(32,95%)	1.003,88	0,06%
TOTAIS	1.719.131,35	100,00%	5,10%	1.635.670,61	100,00%

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

No período de 2017, não ocorreram variações relativas a provisões:

12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo	2.377.617,75	2.380.146,76
Acordo cooperação - Creches	146.543,06	146.315,66
Acordo cooperação - Jardins de Infância	119.204,34	116.003,88
Acordo cooperação - CATL	6.741,20	6.646,32
Acordo cooperação - Lares e internatos crianças e jovens	231.180,48	228.513,60
Acordo cooperação - Refeitórios	163.375,70	180.144,40
Acordo cooperação - ERPI Santarém	137.974,59	134.032,71
Acordo cooperação - ERPI S. Domingos	289.047,90	281.942,02
Acordo cooperação - Centros de dia	66.315,29	64.082,13
Acordo cooperação - Apoio domiciliário	353.546,30	335.543,04
Acordo cooperação - Residências para idosos	280.468,67	279.062,60
Acordo cooperação - Centros acolhimento (CATEI)	87.562,80	87.562,80
Acordo cooperação - Unidade Cuidados Continuados	356.689,74	370.729,98
Compensação salarial (Pré-Escolar)	0,00	11.786,52
Complementos de dependência	0,00	506,40
Complementos vagas reservadas Seg. Social ERPI	43.555,68	42.050,26
Acordo cooperação - Rendimento social de inserção	95.412,00	95.224,44
Apoios do Governo	47.515,20	39.268,11
IEFP	47.515,20	39.268,11
Total	2.425.132,95	2.419.414,87

Descrição	2017	2016
Subsídios de outras entidades	155.584,60	130.298,72
Total	155.584,60	130.298,72

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 31/12/2017 e 31/12/2016, não houve efeito resultante das alterações das taxas de câmbio.

14. Imposto sobre o Rendimento

As atividades desenvolvidas durante os anos de 2016 e 2017, não foram passíveis de tributação sobre o rendimento.

15. Benefícios dos empregados

Os membros dos órgãos sociais são os especificados no quadro seguinte:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	
Presidente	Eng.º Herminio Paiva Fernandes Martinho
	Dr. Alexandre António Oliveira Reis
	Eng.º Fernando Gonçalves Ribeiro Trindade

MESA ADMINISTRATIVA	
Provedor	Eng.º Mário Augusto Henriques Rebelo
Vice-Provedor	Dr. Luis Manuel dos Santos Valente
Secretário	Sr. Mário Maria Gomes Marcos
Tesoureira	Dr. António Augusto do Rosário Braz Pinto
1.º Vogal	Arq.to Domingos Manuel Pinto dos Santos Silva
2.º Vogal	D.ª Elsa Maria Belo Leal
3º Vogal	Eng.º Rui Pedro de Sousa Barreiro
Suplentes	Dra. Maria da Conceição Martins de Matos
	Dra. Raquel Helena Figueiredo Lopes

CONSELHO FISCAL	
Presidente	Dr. António Júlio da Silva Delgado
	Dr. Rui Dias Mota
	José Esteves da Cunha
Suplentes	José Antunes Pereira
	Dr. Gonçalo Bernardes Silva Rosa Eloy

Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração.

Em 31 de dezembro de 2017, a SCMS dispunha de 259 colaboradores, dos quais 86,8% são do género feminino e 13,1% do género masculino. Os mesmos caracterizam-se da seguinte forma:

- 238 – Contratos sem termo;
- 6 – Contratos a termo certo;
- 5 - Contratos a termo incerto.

Atualmente existem 66 voluntários (contabilizados os Corpos Sociais da Instituição), e desenvolvem a sua ação por todas as nossas áreas de intervenção.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao Pessoal	2.748.819,47	2.612.875,94
Benefícios Pós-Emprego	770,00	3.261,49
Indemnizações	3.129,05	11.818,82
Encargos sobre as Remunerações	562.999,03	552.577,95
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	40.716,87	29.709,40
Gastos de Ação Social	7.271,50	10.463,34
Outros Gastos com o Pessoal	5.635,39	6.800,24
Total	3.369.341,31	3.227.507,18

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

17.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2017	2016
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	40.059,24	40.203,42
Outros Métodos	40.059,24	40.203,42
Outros Investimentos financeiros	50.243,87	43.387,54
Outros	50.243,87	43.387,54
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	90.303,11	83.590,96

17.2. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	5.452,00	4.255,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Perdas por imparidade	(1.312,00)	(741,00)
Total	4.140,00	3.514,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.3. Créditos a receber

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Cientes e Utentes c/c	59.459,17	76.765,12
Cientes	3.305,00	3.248,00
Utentes	56.154,17	73.517,12
Cientes e Utentes cobrança duvidosa	11.446,51	8.317,01
Cientes	11.446,51	8.317,01
Utentes	0,00	0,00
Total	70.905,68	85.082,13
Imparidades acumuladas		
Descrição	2017	2016
Cientes	0,00	0,00
Utentes/alunos	(9.252,43)	(4.625,22)
Total	(9.252,43)	(4.625,22)

17.4. Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Adiantamentos ao pessoal	715,78	336,16
Adiantamentos a Fornecedores	3.035,55	3.035,55
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	52.924,77	0,00
Outros Devedores	339.395,60	363.238,54
Perdas por Imparidade	(117.666,89)	(114.539,31)
Total	278.404,81	252.070,94

17.5. Perdas por imparidade subtraídas das reversões

Nos períodos de 2017 e 2016 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2017	2016
Cientes	(3.127,58)	(48.627,85)
Utentes/alunos	(4.158,61)	(4.625,22)
Associados	(341,00)	(741,00)
Total	(7.627,19)	(53.994,07)

17.6. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Diferimentos devedores		
Gastos a reconhecer	91.255,09	80.800,67
Total	91.255,09	80.800,67
Diferimentos credores		
Rendimentos diversos a reconhecer	7.187,00	4.626,94
Subsídios Segurança Social	0,00	1.044,62
Subsídios `exploração projetos / programas	3.632,58	7.935,75
Rendas	9.961,52	9.256,12
Total	20.781,10	22.863,43

17.7. Outros Ativos Financeiros

A Entidade não detinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2017, investimentos financeiros.

17.8. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	2.267,89	1.403,60
Depósitos à ordem	134.240,43	156.974,26
Depósitos a prazo	80.000,00	80.000,00
Outros	0,00	0,00
Total	216.508,32	238.377,86

17.9. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01/01/2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31/12/2017
Fundos	273.714,36	0,00	0,00	273.714,36
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	2.274.179,32	0,00	201.896,75	2.072.282,57
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	2.213.210,21	0,00	48.799,34	2.164.410,87
Resultado líquido do período	(201.896,75)	201.896,75	62.531,80	(62.531,80)
Total	4.559.207,14	201.896,75	313.227,89	4.447.876,00

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2017, foram aprovadas pela Mesa Administrativa nesta data.

17.10. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	215.746,74	247.891,76
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	215.746,74	247.891,76

17.11. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	22.232,74	22.242,88
Outras tributações	0,00	0,00
Total	22.232,74	22.242,88
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	7.428,22	322,70
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	14.710,50	13.698,50
Segurança Social	65.108,13	62.808,65
Outras tributações	652,28	530,58
Total	87.899,13	77.360,43

17.12. Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	0,00	1.418,02	0,00	5,00
Remunerações a pagar	0,00	972,98	0,00	5,00
Outras operações	0,00	445,04	0,00	0,00
Perdas por Imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Credores por acréscimos de gastos	0,00	446.030,07	0,00	423.843,66
Utentes com valores em depósito	0,00	18.580,77	0,00	14.364,05
Outros credores	0,00	143.353,41	0,00	151.321,92
Total	0,00	609.382,27	0,00	589.534,63

Não havia registo de “Outros passivos financeiros” em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.

17.13. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 foi a seguinte:

Descrição	2017	Pesos	2016	Pesos	Variações
Subcontratos	0,00	0,00%	12.859,36	1,71%	-100,00%
Trabalhos especializados	89.317,24	12,05%	64.302,42	8,55%	38,90%
Publicidade e propaganda	7.927,35	1,07%	7.977,74	1,06%	-0,63%
Vigilância e segurança	5.616,86	0,76%	7.312,27	0,97%	-23,19%
Honorários	73.271,03	9,89%	74.341,36	9,89%	-1,44%
Comissões	400,00	0,05%	0,00	0,00%	100,00%
Conservação e reparação	107.382,86	14,49%	118.501,62	15,76%	-9,38%
Serviços bancários	3.164,64	0,43%	2.846,11	0,38%	11,19%
Ferramentas e utensílios	8.107,57	1,09%	18.634,18	2,48%	-56,49%
Livros e documentação técnica	241,94	0,03%	792,97	0,11%	-69,49%
Material de escritório	13.167,88	1,78%	15.603,43	2,07%	-15,61%
Artigos para oferta	5.077,82	0,69%	3.243,13	0,43%	56,57%
Eletricidade	130.074,94	17,55%	134.780,63	17,92%	-3,49%
Combustíveis	78.891,54	10,65%	94.142,47	12,52%	-16,20%
Água	78.338,42	10,57%	54.137,15	7,20%	44,70%
Deslocações e estadas	14.134,61	1,91%	11.706,74	1,56%	20,74%
Transportes de mercadorias	52,60	0,01%	45,25	0,01%	16,24%
Transporte de utentes	0,00	0,00%	12,50	0,00%	-100,00%
Rendas e alugueres	15.891,50	2,14%	17.290,00	2,30%	-8,09%
Comunicação	19.521,29	2,63%	21.199,08	2,82%	-7,91%
Seguros	26.708,69	3,60%	24.558,88	3,27%	8,75%
Contencioso e notariado	1.005,34	0,14%	920,20	0,12%	9,25%
Despesas de representação	213,40	0,03%	992,50	0,13%	-78,50%
Limpeza, higiene e conforto	40.033,45	5,40%	40.813,36	5,43%	-1,91%
Outros	22.437,25	3,03%	25.009,19	3,33%	-10,28%
Total	740.978,22	100,00%	752.022,54	100,00%	-1,47%

17.14. Outros rendimentos

A rubrica de “*Outros rendimentos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	51.300,51	62.738,97
Descontos de pronto pagamento obtidos	4.193,54	1,34
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	3.268,84	1.854,79
Outros rendimentos e ganhos	456.249,26	522.856,79
Total	515.012,15	587.451,89

17.15. Outros gastos

A rubrica de “*Outros gastos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	1.784,18	795,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	5.153,47	21.041,87
Perdas em inventários	17,28	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas de financiamento	294,85	1.774,77
Outros Gastos e Perdas	17.046,18	18.502,61
Total	24.295,96	42.114,25

17.16. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	258,85	1.739,72
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	36,00	35,05
Total	294,85	1.774,77
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	2.595,78	850,91
Dividendos obtidos	673,06	1.003,88
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
Total	3.268,84	1.854,79
Resultados financeiros	2.973,99	80,02

17.17. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

A Misericórdia de Santarém mandatou a Sociedade de Advogados – Maria João Alves e Maria Manuel Estrela, em sua representação, para instaurar uma ação judicial contra o Município de Santarém, reclamando dívidas no montante global de 138.452,00€, montante relativo a exercícios económicos anteriores, que foi subdividido, devido à diferente natureza dos negócios, entre a instância civil e a administrativa, tendo sido instaurado o processo civil n.º 49716/17.OY/PRT.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

SANTARÉM, 12 DE MARÇO 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO,

A MESA ADMINISTRATIVA,